

#PÚBLICO**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

1.1. A presente demanda tem origem na necessidade de contratação de reparos em empreendimentos do PMCMV FAR decorrente da falta de atendimento das construtoras responsáveis, quando estas deixam de cumprir suas obrigações relacionadas às garantias dos serviços de engenharia. Para agilizar esse processo de contratação, solicitamos deflagrar licitação para registros de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando a contratação de empresas para o serviço acima descrito, de acordo com as especificações constantes no Caderno de Encargos anexo (Anexo I).

1.2. A demanda deverá atender os empreendimentos vinculados à área de atuação da GIHAB Porto Alegre.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A CAIXA instituiu o Programa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida (HH185), que tem por objetivo acompanhar as demandas dos clientes de financiamentos habitacionais, junto às construtoras. As demandas registradas pelos clientes são repassadas às construtoras que devem verificar a pertinência da reclamação e atender sempre que se tratar de problemas relacionados a vícios construtivos, erros de projeto ou aplicação incorreta de materiais. O registro das reclamações é realizado pelo telefone 0800-721-6268 no qual o atendente registra a reclamação e direciona para a área responsável.

2.2 As CEHOEs são responsáveis pelo acompanhamento das demandas relacionadas aos empreendimentos contratados através do PMCMV faixa I – recursos FAR. Esse acompanhamento se dá pelo SISAQ – Sistema de Gestão e Controle Atender com Qualidade PMCMV. Através deste Sistema Corporativo, a CEHOE acompanha o atendimento prestado pelas construtoras, etapas e prazos de atendimento até a solução definitiva do problema reclamado. Quando a construtora não realiza os atendimentos de sua responsabilidade, ela é incluída no CONRES, pelo motivo Programa de Olho na Qualidade e a CAIXA assume a contratação dos reparos necessários.

2.3 O Acompanhamento técnico da execução do contrato, incluindo análise de LVDF's emitidos para as contratações dos reparos, verificações de medições, atendimento aos questionamentos feitos pela contratada, manifestações técnicas sobre substituições de materiais e serviços, bem como alterações de quantitativos dos contratos e verificações *in loco* das questões técnicas serão de responsabilidade da GIHAB/PO.

2.4 O registro de preços solicitado, pretende agilizar a etapa de prospecção de interessados e cotação de preços. Relevante ainda mencionar que há grande dificuldade em encontrar interessados nesse tipo de serviço, pois muitas vezes, o contrato se refere a pequenos reparos com valores pouco significativos. Essa dificuldade de contratação inviabiliza os atendimentos, gerando um passivo de demandas não atendidas que, inclusive, já foi objeto de apontamentos pela auditoria interna da CAIXA.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 14.133/21.

4. REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência será pela forma de pelo regime de empreitada global.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A execução deverá ser realizada com o acompanhamento de responsável técnico habilitado junto ao CREA/RS.

5.2 A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas e EPI adequados de modo a garantir o bom desempenho dos serviços e segurança e higiene dos operários e moradores, dimensionados de acordo com o porte e necessidades dos serviços.

6. LEGISLAÇÃO, NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

6.1. Todos os serviços a serem executados, e produtos advindos destes, deverão respeitar a legislação vigente e as normas técnicas pertinentes.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem obrigações da Contratante:

- 7.1.1.** Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- 7.1.2.** Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos;
- 7.1.3.** Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;
- 7.1.4.** Homologar os serviços executados quando estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência;
- 7.1.5.** Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada assume o compromisso de emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento do objeto do presente Termo de Referência, além da obediência às responsabilidades legais, regulamentares e às demais constantes na sua proposta comercial.

8.2. Constituem obrigações expressas da Contratada, sem prejuízo das demais obrigações legais e/ou regulamentares:

- 8.2.1.** Executar os serviços contratados de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 8.2.2.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal e estadual, as normas de segurança, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação, inclusive quanto aos preços praticados;
- 8.2.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
- 8.2.4.** providenciar os respectivos registros das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto aos CREA (Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

8.2.5. Responder à CONTRATANTE os questionamentos sobre os trabalhos, por ela apresentados.

8.2.6. Não será permitida a subcontratação dos serviços ou parte deles.

8.2.7 GARANTIA CONTRATUAL E DOS BENS/SERVIÇOS

8.2.7.1 Garantia Contratual: Visando a proteção do interesse público com o perfeito adimplemento dos contratos e considerando que os projetos não envolvem alta complexidade técnica, não será exigida garantia contratual calculada sobre o valor das contratações. No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários devidos pela contratada, não será permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.

8.2.7.2 Garantia dos bens/serviços: Os materiais e equipamentos devem ser garantidos pela CONTRATADA, contra defeito de fabricação por no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de instalação/início da operação ou pelo prazo de garantia declarado pelo fabricante do componente, o que for maior. Os serviços de engenharia devem ser garantidos pela CONTRATADA pelos prazos previstos no Programa de Olho na Qualidade – Anexo III desta CI, do recebimento definitivo pela GIHAB ou REHAB responsável.

8.3 CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Grau de Criticidade em Segurança da Informação: Inexistente, por se tratar de serviço de engenharia a ser executado fora do ambiente físico da CAIXA, em que a empresa não terá acesso a documentos ou dados da Caixa ou de seus clientes.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Para fins de habilitação, será exigida a apresentação dos seguintes documentos: Apresentação de Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro do prazo de validade, comprovando execução de serviços de construção ou reforma de um mínimo de 500m² em unidades de empreendimentos residenciais multifamiliares.

9.1.1. CRPJC - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA e/ou CAU.

9.1.2. Os profissionais cuja capacitação foi comprovada nos termos do item 9.1 deverão participar da execução do objeto contratual, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CAIXA.

9.2. Para fins de contratação, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Os atestados deverão estar acompanhados da Certidão de Acervo Técnico ou do traslado emitido pelo CREA ou CAU e conter de forma clara, dentre outras, as seguintes informações:

- a) Descrição do serviço, relativo ao atestado, de forma a propiciar a aferição de seu porte e complexidade.
- b) Nome completo, título, habilitação e número do registro no CREA/CAU do profissional em cujo nome foi feita a Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) do serviço, objeto do atestado. Para cada atestado deverá ser indicada a qualificação técnica correspondente;

9.2.2. A empresa vencedora deverá apresentar a ART do responsável pelo orçamento

base e composições de custos unitários de sua proposta.

10. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 5 dias úteis, a contar da solicitação da CONTRATANTE, com prazos de acordo com os estimados nos LVDF emitidos para as unidades. Em casos de serviços cujo prazo previsto na ordem de serviço seja superior a 30 dias, os serviços deverão ser executados conforme cronograma específico, a ser aprovado pela GIHAB/PO.

10.2 Vigência da Contratação: 12 meses

10.3 Local de execução dos serviços: Os serviços poderão ser solicitados em qualquer empreendimento MCMV FAR na área de abrangência. A lista de endereços dos empreendimentos compõe o Anexo V.

11 FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA

11.1 A contratação será formalizada mediante contrato emitido em favor da CONTRATADA, em vista do disposto na Lei nº 14.133/2021.

12 FISCALIZAÇÃO

12.1 O acompanhamento da contratação será exercida de forma ampla e irrestrita pela GIHAB/PO, permitida a participação ou contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

12.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não excluindo e nem reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

12.3 Quaisquer exigências do Servidor Responsável inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Contratante, especialmente quando se referir à correção de deficiências, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

12.4 As providências e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização contratual deverão ser prestados no prazo fixado pelo Servidor Responsável, salvo justificativa aceita pelo Contratante.

12.5 No intuito de contemplar os custos da contratada com os deslocamentos para os empreendimentos situados nos diversos Municípios da área de abrangência da ARP, foi previsto em planilha o item *"Deslocamento utilizando veículo de passeio, com prazo inferior a 5 anos desde a fabricação, considerando ocupado por até 4 trabalhadores. Incluas as despesas com combustíveis, licenciamento, seguros, manutenção preventiva e corretiva, depreciação, pedágio, etc."* Entendemos que prever esse item em planilha é uma forma mais justa de ressarcir esses custos visto que serão pagos de acordo com as distâncias entre os empreendimentos e Porto Alegre, que foi considerado o polo de referência da ARP. Assim, a contratada não será favorecida ou prejudicada de acordo com as localidades dos serviços que seja demandada. O quantitativo foi estimado com base nas distâncias dos empreendimentos e no orçamento de horas de mão de obra dos serviços.

12.5.1 A estimativa do deslocamento para cada uma das ordens de serviços (contratos) será feita pelo responsável técnico pelo LVDF emitido para a contratação e que essa seja objeto de verificação da GIHAB, que fará a validação dessa peça técnica.

13 RECEBIMENTO

13.5 Os serviços e respectivos produtos serão atestados após a verificação do cumprimento de todas exigências constantes deste Termo de Referência.

13.6 A Contratante aceitará os serviços conformes ou, no caso de verificar eventuais pendências, elaborará relatório circunstanciado e notificará a Contratada para solucionar as pendências no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais ações.

13.7 Não serão recebidos produtos injustificadamente incompletos ou desconformes.

13.7.1 A justificativa acerca de produtos incompletos ou desconforme será avaliada pela Contratante para aferição de eventual infração contratual.

13.7.2 A Contratante poderá efetuar glosas legais e por inexecução, sem prejuízo da aplicação de sanções.

13.8 O recebimento de que trata este item não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução da contratação, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

14 PAGAMENTO

14.5 O pagamento será feito mediante o ateste das medições que deverão ser encaminhadas pela contratada.

15 CUSTO ESTIMADO TOTAL DOS SERVIÇOS

15.5 O valor contratado para a prestação dos serviços incluirá todos os custos necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, despesas com Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), e quaisquer outros emolumentos que venham a incidir sobre os serviços.

16 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

16.5 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR GLOBAL.**

16.6 Além disso, cada um os custos unitários propostos pelos participantes do certame deverão ser menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência (indicados na PLO Estimativa), em consonância com o disposto no Decreto 7.983/2013.

17 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.5 A critério da CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades abaixo:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória diária de 0,3% (três décimos por cento) do valor total atualizado da contratação até o 30º (trigésimo) dia, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual, a partir do dia do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação até a data do devido adimplemento;

c) multa moratória diária de 0,6% (seis décimos por cento) do valor total atualizada da contratação a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, inclusive;

d) Quando estipulados prazos parciais a multa será calculada pelo percentual correspondente ao prazo global da obra ou serviço, incidente sobre o valor da etapa executada com atraso. Consideram-se prazos parciais aqueles estabelecidos para conclusão de parte da obra ou serviço objetivando a sua ocupação antecipada;

e) multa compensatória por qualquer prejuízo causado pela CONTRATADA à

CONTRATANTE, ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratual, correspondente ao valor integral do prejuízo comprovado, atualizado pelo índice IGP-DI (FVG), ou por aquele que vier a substituí-lo, desde a data da ocorrência até o mês do efetivo pagamento;

f) rescisão unilateral, pela inexecução total da contratação ou nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021;

g) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA, por período até de 2 (dois) anos, arbitrado conforme a natureza e a gravidade da falta, quando a contratada der causa à rescisão unilateral da contratação.

17.6 Nos casos de reincidência, as multas estabelecidas nas alíneas "b" e "c" serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento);

17.7 Os valores das multas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA. Na impossibilidade de ser efetuado o desconto, a CONTRATADA deverá recolher a quantia correspondente mediante Guia de Recolhimento da União no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação para pagamento enviada pela Contratante;

17.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança, os valores devidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE serão informados à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União;

17.9 As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas;

17.10 As multas serão aplicadas com base no valor total atualizado da contratação, assim considerado o preço global expresso na nota de empenho, atualizado pelo índice IGP-DI (FVG), ou por aquele que vier a substituí-lo, até o mês de ocorrência do fato que ensejar a penalidade;

17.11 As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito;

17.12 A Contratada poderá apresentar defesa prévia e recurso administrativo na hipótese de aplicação de qualquer penalidade, nos prazos previstos nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21, a contar da data do recebimento da respectiva intimação;

17.13 Esgotados os recursos administrativos as penalidades serão registradas.